

PESSOA EXISTE?

Nuno Amado

Jerónimo Pizarro, *Pessoa Existe? Ensaística Pessoaana*. Lisboa: Ática (2012)

A resposta à inusitada pergunta que serve de título ao livro de Jerónimo Pizarro dá-a o autor no final do capítulo nono, em cujo título a mesma pergunta se repete:

Pensar Pessoa, editar Pessoa — actividades intimamente ligadas — não resgatam Pessoa, não nos devolvem uma imagem única e mágica, senão muitos Pessoas, também eles múltiplos, cuja multiplicidade já se encontrava, ou já se podia intuir, na materialidade das fontes e na forma dos textos. (p.192)

Tal resposta evidencia, a meu ver, duas coisas: a posição crítica geral de Pizarro face à obra pessoana, sobre a qual versará quase tudo o que tenho a dizer, e uma pequena explicação das razões dessa posição. Pela brevidade do que implica e por antecipar a discussão da primeira, começo pela última. O que, eventualmente por descuido, se revela nesta passagem é que foi pela natureza fragmentária e múltipla da obra inédita de Pessoa, aliás indiscutível, que Pizarro intuiu a natureza fragmentária e múltipla do próprio Pessoa. Há múltiplos Pessoas, portanto, porque este deixou múltiplos fragmentos numa arca.

Dada a quantidade de projectos de publicação e dado o zelo com que Pessoa encarava a organização da sua obra, tudo leva a crer, no entanto, que tê-los deixado assim não foi senão

um acidente. Evidência disso é, de entre muitos exemplos que poderia dar, o afã de selecção, reescrita e organização das vinte odes que compõem o Livro I de odes de Ricardo Reis, publicado em 1924 na revista Athena. Aliás, sempre que Pessoa teve a possibilidade e os meios de dar um aspecto definitivo a uma parte da sua obra, não só não enjeitou fazê-lo como, ao fazê-lo, unificou o que nela havia de fragmentário. Não parece, por isso, possível intuir a priori, como o faz Jerónimo Pizarro, que o aspecto fragmentário de uma obra se explique pela natureza múltipla do autor; é pelo menos igualmente legítimo pensar que tal aspecto se deve, pura e simplesmente, à contingência de tal obra ter ficado inacabada. Ora, parece ser precisamente por não considerar sequer esta segunda possibilidade, ou seja, por não aceitar que a obra de Pessoa possui o aspecto que possui pela contingência de o autor não lhe ter dado o aspecto que pretendia, que Pizarro se posiciona criticamente contra a possibilidade, decorrente da aceitação dessa contingência, de tentar unificar o que ficou fragmentado. Por outras palavras, percebendo que não é possível editar de modo unificado tudo aquilo que Pessoa deixou, conclui Pizarro que não é possível pensar sobre Pessoa unificadamente; a partir de um problema editorial, funda uma posição crítica.

Tal posição, cuja plausibilidade pretendo

continuar a discutir, parece pois amplamente motivada pelo ofício de editor de uma obra que, em larga medida, ficou inacabada. Isso mesmo parece observar Miguel Real no prefácio do livro, quando defende que Pizarro se distingue de outros autores cuja posição é a mesma por não a sustentar «através de teorizações ontológicas (Lourenço, Borges), fenomenológicas (Gil) ou hermenêutico-culturais (Eiras e Barrento), mas por via de um concretíssimo trabalho editorial diário sobre o espólio» (p.16). Além de não estar certo de que a resenha histórica da tradição crítica esboçada por Miguel Real faça inteira justiça a essa tradição, tendo a desconfiar de críticos que fazem depender as suas posições de tudo o que não seja o objecto dessa crítica, ou seja, da própria obra, tal qual a interpretam. O principal problema da crença em métodos de análise literária infalíveis, ou seja, em teorizações que sustentam posições críticas, não é a possível falibilidade de cada um deles, mas antes a própria crença de que análise literária é coisa que se faça respeitando um método, seja ele qual for.

É exactamente deste sarilho que Miguel Real tenta exonerar o autor, ao argumentar, logo de seguida, que «não foi a teoria que levou Jerónimo Pizarro às conclusões que sustenta (...), antes o seu labor filológico sobre o espólio do Poeta» (p.16). A ineficácia dessa tentativa fica, porém, evidente logo de seguida, quando Miguel Real sugere que todo esse labor opera a «um nível textual» e que, por conseguinte, as conclusões que se extraem são as mais objectivas possíveis. Falo em ineficácia porque, apesar de Miguel Real reconhecer que as conclusões a extrair não se podem sustentar em teorias prévias e métodos de análise infalíveis, supõe que, ao contrário de qualquer teoria, o «labor filológico» de Jerónimo Pizarro é pedra de toque que se aceite. O mesmo supõe, aliás, o próprio autor, ao defender que «o labor editorial consiste em trabalhar com «o que é» e não com o que «poderia ter sido»» (p.46). Para Jerónimo Pizarro, portanto, a única coisa que se pode fazer com uma obra que se caracte-

teriza, como nos diz, pela «heterogeneidade, descontinuidade, brevidade» (p.189) é apregoar, como Caeiro, que tal obra não é mais do que essa heterogeneidade, essa descontinuidade e essa brevidade. A comparação que proponho entre Caeiro e Pizarro é, de resto, aproveitada pelo autor quando, para definir sumariamente a sua posição crítica, cita precisamente Caeiro: «Pessoa é «partes sem um todo»» (p.174). Tal como Caeiro usa os olhos e o mundo material como pedra de toque, Jerónimo Pizarro faz do estado fragmentário de um conjunto de papéis numa arca evidência irrefutável do estatuto fragmentário da obra de Pessoa; tal como, para Caeiro, «um conjunto real e verdadeiro / é uma doença das nossas ideias»,¹ tentar dar unidade a um conjunto de fragmentos é, para Pizarro, arriscar a doença de «criar um objecto fantástico» (p.174). Enquanto crítico, Pizarro parece servir-se do objectivismo absoluto de Caeiro e rejeitar tudo aquilo que, por obra de quaisquer conjecturas críticas, se puder vir a tornar numa fantasia.

Na opinião de Pizarro, talvez esquecendo que até Caeiro se atreveu a fazer conjecturas, a seriedade do crítico depende, pois, da irreduzível abolição das conjecturas. Eis a posição teórica inicial de Pizarro, a mesma que Miguel Real afirmava não existir. Não foi o seu «labor filológico» que o conduziu à conclusão de que a obra de Pessoa é irreparavelmente fragmentária, mas antes a renúncia das conjecturas a que todo o crítico tem de se prestar. Ao contrário de Oscar Wilde, Jerónimo Pizarro entende o crítico como um cientista, e é por entendê-lo assim que considera que, perante um fragmento, não deve o crítico ceder ao «desejo abusivo de o encadear a um outro» (p.175). Um crítico desta estirpe, sem outra ferramenta de análise que não a repressão da sua habilidade de crítico, só poderia, por isso, concluir que muitos fragmentos denotam necessariamente muita fragmentação. Ao mesmo tempo que Pizarro se opõe a um certo tipo de crítica literária que se caracteriza, nas suas palavras, pela «prática arqueológica da resolução

de quebra-cabeças» (p.176), defende a «exumação sistemática da arca» (p.67). Na sua opinião, o trabalho arqueológico que compete à crítica deve cingir-se ao processo de escavação e o crítico deve contentar-se apenas com a exibição dos restos mortais que conseguir desenterrar. Do trabalho de exumação, seja de um cadáver, seja de um conjunto de papéis, não se podem, portanto, tirar outras ilações que não as que sejam auto-evidentes, ou seja, que estamos perante o que sobrou de alguém que já não nos pode ajudar a perceber o que lhe aconteceu. Assim como seria falacioso, no entanto, que cadáveres em estado de decomposição inviabilizassem que peritos forenses lhes determinassem as causas da morte, parece-me susceptível de dúvida que papéis em estado fragmentário não permitam que críticos literários possam conferir-lhes um sentido póstumo.

A natureza fantasiosa dos objectos a que Pizarro receia dar criação, acaso cedesse à tentação de fazer conjecturas, não se pode denunciar a priori, rejeitando, por estipulação, que um crítico possa ser mais do que um editor desinteressado, mas sim tornando a fantasia evidente pela apresentação de razões e argumentos, ou seja, fazendo crítica literária. Surpreendentemente, é isso que afinal faz, talvez sem disso se aperceber, o próprio Pizarro, sempre que precisa de tomar decisões editoriais difíceis. Assinala-se, para esse efeito, as justificações dadas para as decisões tomadas a respeito de dois casos descritos no capítulo «Leituras, enquadramentos e atribuições»: no primeiro caso, referente a um texto ao qual «foi finalmente possível dar o enquadramento certo e definitivo» (p.251), a solução do mesmo, segundo Pizarro, «exemplifica bem até que ponto a leitura, o diálogo e o trabalho em equipa possibilitam uma série de ajustamentos que, de outro modo, seriam muito mais difíceis ou mesmo impossíveis» (p.252); no segundo, ainda mais flagrantemente, acerca da possibilidade de atribuir um determinado texto a um determinado heterónimo, Pizarro conclui

que «a atribuição póstuma a Campos parece-me razoável e justificada» (p.255).

Nestes dois casos, para que pudesse fazer ajustamentos ou atribuições, precisou Pizarro de recorrer à leitura, ao diálogo, ao trabalho em equipa, à razoabilidade e à justificação, ou seja, precisou de fazer exercícios interpretativos e de usar, mesmo que brevemente, a habilidade da conjectura. No mesmo capítulo, algumas páginas antes, Pizarro concedera já que não era desejo seu «gerar retraimentos, mas sugerir a necessidade de uso de maior prudência» (p.242). Prescrever prudência, todavia, é muito diferente de prescrever a abstinência, e um crítico prudente, conquanto mais prudentemente do que outros, não se abstém de tentar dar sentido à obra que critica. Se toda a crítica fosse tomada pelo receio de forjar objectos fantásticos e se abstivesse de fazer o que lhe compete, não nos livrariamos apenas das fantasias, das descrições equivocadas ou das leituras impróprias de que se queixa Pizarro. Pelo contrário, perderíamos a obra, na medida em que ela só existe propriamente nas descrições que dela se fazem.

Convém esclarecer, para ser justo, que *Pessoa Existe?* não é, como pode parecer por tudo o que fui dizendo, uma longa prescrição acerca do que deve ser um crítico literário ou do que deve ser o trabalho sobre a obra de Pessoa. Ao longo dos quinze capítulos que compõem o livro, Jerónimo Pizarro aborda diferentes tópicos pessoais e alerta para problemas filológicos deveras relevantes. Parecem-me acertadas e muito bem justificadas não só as várias decisões editoriais de que dá conta como também as razões pelas quais recomenda tantas cautelas. Não acredito, contudo, que as muitas imprudências que foram sendo cometidas pelos editores de Pessoa ao longo dos anos legitimem a tese, transversal aos diferentes assuntos abordados, de que a tendência da crítica para unificar o que se encontra fragmentado é necessariamente nociva à compreensão da sua obra, nem me parece, sobretudo, que a ideia, porventura incontroversa, de que um editor

deve ser «o mais transparente possível» (p.232) autorize a inferência de que obras em estado fragmentário configuram uma certa estética do fragmento.

É, de resto, pela injunção de editar «transparentemente» que Pizarro determina, como se Pessoa não tivesse feito mais nada para além de publicitar o carácter fragmentário da sua obra, que «os Rubáiyat of Omar Khayyám ilustram com elegância as dificuldades de sonhar com um texto definitivo» (p.138), ou que «o Livro do Desasocego não existe, do mesmo modo que o Fausto não existe», pois «destes livros-projecto só existem fragmentos» (p.172), ou ainda que «O Homem de Porlock» encerra com um «esboço de uma teoria do fragmento» (p.105). A respeito desta última leitura, é talvez útil lembrar que também a Caeiro visitou um «interruptor imprevisto» e «perenemente anónimo»,² precisamente a mulher que motivou o episódio amoroso que, segundo Ricardo Reis, se caracterizou por uma «momentânea abdicação dos seus princípios e da sua objectividade nativa»,³ ou seja, por uma

interrupção de quem Caeiro fora até ali, e a quem Álvaro de Campos curiosamente desejou que ficasse «sempre anónima».⁴

Termino com estas observações acerca de «O Homem de Porlock» porque me parecem ilustrar suficientemente bem o quão redutor pode ser ler um texto sem o espírito crítico de que Jerónimo Pizarro se procura abster. Para Pizarro, «existem múltiplos «Pessoas»» (p.181). Implica essa crença, se não que a cada fragmento corresponda um Pessoa diferente, pelo menos que um texto que parece ser somente uma confissão resignada dos limites do ofício de poeta não possa ser associado à sua produção heteronímica. Para quem advoga o objectivismo crítico que Pizarro advoga, qualquer associação não muito esmerada entre «O Homem de Porlock» e a obra de Caeiro só pode, portanto, ser uma fantasia. Só pode sê-lo não porque o seja deveras, mas porque todo o objectivista é mais sensível a factos do que a argumentos. E, no entanto, não era o próprio Pessoa da opinião de que «os argumentos são, quase sempre, mais verdadeiros do que os factos?»⁵

NOTAS

- 1 Alberto Caeiro, *O Guardador de Rebanhos* (poema XLVII).
- 2 Fernando Pessoa, «O Homem de Porlock», publicado a 15 de Fevereiro de 1934, em *Fradique*.
- 3 Ricardo Reis (21-95).

- 4 Álvaro de Campos, «Notas para a Recordação do meu Mestre Caeiro» (71A-8r).
- 5 Fernando Pessoa, «Crónica da Vida que Passa...», publicado a 18 de Abril de 1915, em *O Jornal*.